Favorecido: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CNPJ: 34.028.316/0001-03

Dotação Orçamentária:

Atividade: 8338 Fonte: 0101 Despesa: 339039

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Belém-PA, 27 de julho de 2017.

Cláudia Regina Costa Pinheiro

Gerente de Licitação em Exercício

Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Ordenador de Despesas

Protocolo: 211638

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2017

Fundamentado no art. 24, inciso VIII, da Lei de Licitações, ratifico a Dispensa de Licitação visando, a prestação de serviços pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a fim de atender a demanda da Secretaria de Estado de Turismo, com fulcro no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Favorecido: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CNPJ: 34.028.316/0001-03

Dotação Orçamentária:

Atividade: 8338 Fonte: 0101 Despesa: 339039

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Belém-PA, 27 de julho de 2017.

ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES

Secretário de Estado de Turismo

Protocolo: 211645

DIÁRIA

PORTARIA Nº 366/2017/GERH/SETUR DIÁRIAS

CONSIDERANDO os termos do processo 2017/320484.RESOLVE: Conceder 4,5 diárias à servidora MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GONÇALVES mat:54194642, ocupante do cargo de Diretora de Políticas para o Turismo. OBJ: Participar da Devolutiva da 1ª Oficina da Rota Gastronômica do Tapajós (Peixe da Esquina), Visitas Técnicas da Rota, Reunião na Secretaria de Turismo e Participar da 1ª Festa da Agricultura Familiar. DESTINO:Santarém-PA.PERÍODO: 02 a 06/08/2017.Ordenador de despesas, em exercício ANDREY CASSIO DE SOUZA PIMENTEL.

Protocolo: 211316

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 363/2017/GERH/SETUR AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

CONSIDERANDO os termos do processo 2017/320342RESOLVE: AUTORIZAR a Servidora DANIEL DE OLIVEIRA BASTOS mat:5904120, GERENTE DE TURISMO NÁUTICO, para Acompanhar a equipe de Santa Catarina na gravação da série "Feito Torto Pra Ficar Direito" nos estaleiros da carpintaria naval artesanal pertencentes ao município de Vigia,realizado no dia, 28/07/2017, sem ônus para SETUR. Ordenador de despesas, em exercício ANDREY CASSIO DE SOUZA PIMENTEL.

Protocolo: 211303

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº. 231/2017-GAB/DPG, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

O Defensor Público Geral do Estado, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, VIII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006;

RESOLVE:

Interromper, por necessidade do serviço público, a contar de 04/08/2017, o gozo de 19 (dezenove) dias das férias da Servidora Pública LORENA DAHÁS JORGE DE SOUZA, matrícula nº 55589089, concedidas por meio da PORTARIA Nº 946/2017-DP-G, publicada no D.O.E. nº 33.386, de 01/06/2017, com gozo no período de 24/07/2017 a 22/08/2017, referente ao P.A. 2016/2017, ficando os dias restantes para gozo em momento oportuno e resguardados os efeitos financeiros decorrentes das férias concedidas por meio da Portaria supracitada.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

VLADIMIR AUGUSTO DE CARVALHO LOBO E AVELINO KOENIG

Defensor Público Geral do Estado do Pará, em exercício

Protocolo: 211603

TERMO ADITIVO A CONTRATO

CONTRATO Nº: 041/2016 - TERMO ADITIVO 01/2017 PROCESSO Nº: 2016/189.902 - DP/PA

PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e **TUCANA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. - ME.** (CNPJ/MF nº 13.026.145/0001-03)

OBJETO: Majorar em 25% (vinte e cinco por cento), o valor do Contrato 041/2016, nos termos do art. 65, inciso I, alínea "b" e § 6º da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017

VALOR DO ADITIVO: R\$ 3.288,75 (três mil duzentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 01/08/2017 a 20/10/2017

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa/Projeto/Atividade: 30101.03.126.1445.8443

Natureza da Despesa: 339030

Fonte: 0101.

Plano Interno (PI): 2120008443C

Gp Pará: 239243

FORO: Comarca de Belém do Estado do Pará.

RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: Umberto Cavallari.

CPF/MF Nº: 212.843.438-63

ENDEREÇO DO CONTRATADO: Rua Gov. Jorge Lacerda, nº 27, Jabaquara, São Paulo/SP.

CEP: 04.343-110

ORDENADORA: Jeniffer de Barros Rodrigues – Defensora Pública Geral.

CPF/MF Nº: 517.526.382-04

Protocolo: 209977

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ref.: Procedimento do Processamento Administrativo Preparatório para Atuação na Tutela Coletiva-PAPATC nº 01/2017 DP/PA (P.I. nº P68381165/2017.)

O Núcleo de Defesa do Consumidor e Núcleo de Atendimento especializado da Criança e Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Pará vêm, por intermédio deste edital, CONVOCAR e CONVIDAR a todos para a AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada, no dia 24 de agosto de 2017, às 09:00 horas, no Auditório David Mufarrej, da Unama Alcindo Cacela, localizado na Avenida Alcindo Cacela, nº 287, Bairro Umarizal, CEP: 66065-205 – Belém/PA.

OBJETIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 1º. A Audiência Pública ora regulamentada tem como objetivo a discussão entre, sociedade civil, provedores de acesso a internet móvel e o Poder Público acerca do direito à informação do artigo 8º e 9º do Código de Defesa do Consumidor e os riscos decorrentes do uso da internet por crianças e adolescentes. TEMAS A SEREM ABORDADOS DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA Art. 2º. Os temas abordados serão:

- Hiperconectividade e seus efeitos; Vícios tecnológicos; Nomophobia;
- Riscos inerentes ao uso abusivo se sem monitoramento de internet em smartphones por crianças e adolescentes;
- Hipervulnerabilidade e dever de informação no Código de Defesa do Consumidor;
- Responsabilidade das provedoras de internet móvel quanto ao dever de informação e alerta aos pais e a sociedade de consumidores em geral;
- Proposta de campanha publicitária e nas escolas públicas e privadas voltada à conscientização acerca dos efeitos do uso excessivo e desacompanhado da internet;

DOCUMENTOS QUE SUBSIDIAM A AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 3º. Integra o presente Edital o seguinte documento:

- Relatório IBGE 2016 – número de usuários de internet em smartphones;
- Relatório de análise quantitativa e qualitativa dos efeitos diagnosticados como consequências do mau uso da internet elaborado por;
- Ata da 1º reunião acerca do PAPATC nº 01/2017, entre os coordenadores do Núcleo do Consumidor da DPPA (NUCON) e do Núcleo de Assistência da Criança e o Adolescente da DPPA (NAECA), a professora Milene Veloso da UFPA, a professora Elizabeth Levy da Clínica de Psicologia da UNAMA, e o coordenador do curso de Psicologia o Prof. Dr. Márcio Valente, realizada no dia 05 de maio de 2017;
- Ata da 2ª reunião acerca do PAPATC nº 01/2017, entre os coordenadores do Núcleo do Consumidor da DPPA (NUCON) e do Núcleo de Assistência da Criança e o Adolescente da DPPA (NAECA), a professora Milene Veloso da UFPA, as professoras Elizabeth Levy e Bianca Nascimento da Clínica de Psicologia da UNAMA, e o Professor Ricardo Chagas da Escola Digital, realizada no dia 26 de maio de 2017;
- Ata da 3ª reunião acerca do PAPATC nº 01/2017, entre os coordenadores do Núcleo do Consumidor da DPPA (NUCON) e do Núcleo de Assistência da Criança e o Adolescente da DPPA (NAECA), a professora Milene Veloso da UFPA, as professoras Elizabeth Levy e Bianca Nascimento da Clínica de Psicologia da

UNAMA, e o Professor Ricardo Chagas da Escola Digital, realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Pará, dia 04 de agosto de 2017;

- Artigo: A Responsabilidade dos Provedores de Acesso Pelo Direito a Informação quanto aos Riscos à Saúde de Crianças e Adolescentes por Uso Excessivo E Sem Monitoramento Da Internet;

- Outros documentos a serem entregues.

§1º. Estes documentos estarão disponíveis na Secretaria do Núcleo de Defesa do Consumidor.

§2º. Os debates e deliberações sobre os documentos serão realizados durante a audiência pública.

DISCIPLINA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 4º. A Presidência dos trabalhos ficará a cargo da Defensoria Pública do Estado do Pará, na pessoa do Dr. Cássio Bitar Vasconcelos, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Consumidores da Defensoria Pública do Estado do Pará (NUCON) e Dr. Carlos Eduardo Barros, Coordenador do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e Adolescente (NAECA)

Art. 5º. A Audiência terá início às 09h00 e se estenderá até as 13:00hs, com possibilidade de prorrogação por mais 1(hora), caso necessário.

Art. 6º. A presidência fará a abertura da audiência às 09h00, com tolerância de 20 (vinte) minutos para o início das atividades. Parágrafo Único. Após a abertura, ato contínuo, serão nomeados 02 (dois) servidores da DPE-PA, um como secretário para lavrar a ata e realizar os demais assentamentos necessários e, outro para auxiliar nos trabalhos, colher assinatura dos presentes e coordenar as ordens de fala.

Art. 7º. A mesa dos trabalhos será composta pelos expositores e autoridades convidadas, a critério da Presidência dos trabalhos.

Art. 8º. Após a abertura, serão esclarecidos os objetivos da Audiência Pública e a forma a ser adotada na condução dos trabalhos, lidos os documentos consolidados, bem como será informado o horário para o término da audiência, o qual poderá ser antecipado ou prorrogado caso seja necessário.

Art. 9º. A exposição inicial dos componentes da mesa e dos expositores convidados não ultrapassará 15 (quinze) minutos e não poderá ser interrompida.

§1º. Serão convidados: 01 (um) representante da ANATEL; 01 (um) representante da OI MÓVEL S.A., ("Oi Móvel"), inscrita no CNPJ nº 05.423.963/0001-11; 01(um) representante da TELEFÔNICA BRASIL S. A. (VIVO), CNPJ nº 02.558.157/0001-62; 01 um representante da TIM CELULAR S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.206.050/0001-80; 01(um) representante da CLARO S. A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.432.544/0001-47, todas empresas de telecomunicações e provimento de acesso a internet fixa e móvel em atuação no Brasil; 01 um membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil; um representante do Departamento de Psicologia da Universidade da Amazônia – SER EDUCACIONAL; 01(um) representante do Departamento de Psicologia da UFPA; 01(um) representante do Instituto Escola Digital; 01(um) representante do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; 01(um) representante do Ministério Público da Infância e Juventude do Pará;

§2º. Além das pessoas e entidades mencionadas anteriormente, outras poderão ser convidadas a compor a mesa e participar do evento, desde que suas atribuições guardem pertinência temática com os fins da Audiência, a critério da presidência. A programação da audiência, com os nomes dos expositores, caso sejam fornecidos por suas respectivas instituições, será divulgada através da home Page da DPE-PA.

Art. 10. Encerrados os primeiros trabalhos, o próximo período será destinado aos debates.

§1º. Será franqueada a palavra neste momento aos representantes de instituições e movimentos que atuem na esfera de proteção às crianças e adolescentes, bem como demais searas referentes ao tema, pelo tempo máximo de 5 (cinco) minutos.

§2º. A manifestação do público será precedida de inscrição perante a mesa diretora dos trabalhos, ficando a cargo do servidor da DPE-PA nomeado para auxiliar nos trabalhos, o registro dos inscritos, o controle do tempo de exposição e o limite do número de inscritos.

§3º. A manifestação do público não ultrapassará 3 (três) minutos, para cada inscrito e não poderá ser interrompida.

Art. 11. Não serão admitidos, durante a Audiência Pública, questionamentos a respeito de matéria estranha ao seu objeto.

Art. 12. Após as manifestações do público, será dada a palavra aos convidados expositores para suas exposições sobre o tema, bem como esclarecimentos, pelo prazo de até 10 minutos.

Art. 13. Após a discussão mencionada no art. 12, o Presidente da Audiência poderá propor os encaminhamentos que considerar necessários.

PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Art. 14. Fica estabelecido o prazo até dia 11 de agosto de 2017 para o envio de: artigos; pareceres; manifestos e abaixo assinados, produzidos pela sociedade civil, professores, especialistas, e